

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A mulher brasileira nos espaços público e privado / Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, organizadores. – 1. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ISBN 85-7643-98-X

1. Discriminação contra mulheres 2. Mulheres – Brasil – Condições sociais 3. Mulheres – Comportamento sexual 4. Mulheres – Direitos 5. Mulheres – Socialização 6. Mulheres – Trabalho – Brasil I. Venturi, Gustavo. II. Recamán, Marisol. III. Oliveira, Suely de.

04-0599

CDD-305.40981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Mulheres como grupo social : Sociologia 305.40981

A MULHER BRASILEIRA NOS
ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Hamilton Pereira (presidente)
Ricardo Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora)
Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenador Editorial

Flamarion Maués

Editora Assistente

Candice Quinelato Baptista

Assistente Editorial

Viviane Akemi Uemura

Revisão

Maurício Balthazar Leal – Márcio Guimarães Araújo

Capa

Eliana Kestenbaum

Imagem da capa

Abigail, Di Cavalcanti (com permissão da família do autor)

Editores Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5571-0910
Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Julho de 2004

Copyright © 2004 by Autores

Direitos desta edição: Editora Fundação Perseu Abramo
ISBN 85-86469-98-X

Margareth Rago, Heleieth Saffioti, Ana Maria Costa,
Rosa Maria Silvestre, Alessandra Sampaio Chacham,
Mônica Bara Maia, Matilde Ribeiro, Bila Sorj,
Emma Siliprandi, Marta Porto, Tatau Godinho,
Vera Soares e Alcilene Cavalcante

Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira
(organizadores)

A MULHER BRASILEIRA NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG**

SOBRE OS ORGANIZADORES

Gustavo Venturi é doutor em ciência política e mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo. É diretor da Criterium Assessoria em Pesquisas e coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo desde 1997. Trabalhou 11 anos no Instituto de Pesquisas Datafolha (1985-1996), dirigindo-o por quatro anos. É membro do Conselho Orientador do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop). Publicou diversos artigos em jornais, revistas especializadas e coletâneas, entre eles “Opinião pública, legislação eleitoral e democracia” (In: VANNUCHI, Paulo; BENEVIDES, Maria Victoria e KERCHE, Fábio [orgs.] *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003).

Marisol Recamán é socióloga, formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e sócia-diretora da Criterium Assessoria em Pesquisas. Co-implantou e é coordenadora-assistente do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo desde seu início, em 1997.

Suely de Oliveira é psicóloga, formada pela Universidade Federal de Pernambuco desde 1985, com especialização em Implementing AIDS Prevention and Care Programs pelo International Health Programs/Western Consortium For Public Health (Santa Cruz, Califórnia, Estados Unidos), em 1995, e em Gestão de Serviço Social e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Pernambuco, em 2000. Entre 1997 e 2003 foi secretária de Desenvolvimento Social e Econômico da Prefeitura de Camaragibe (PE). Faz parte do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo. Exerce desde 2003 o cargo de subsecretária de Monitoramento e Ações Temáticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

AGRADECIMENTOS

Por sua valiosa participação nos seminários de planejamento da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizados em 2001, contribuindo para a definição das prioridades temáticas e para a elaboração conceitual das questões tratadas, agradecemos a Albertina Costa (Fundação Carlos Chagas), Conceição Nascimento (Secretaria Nacional de Mulheres do PT), Dida Pinho (Fala Preta), Maria Ednalva Bezerra de Lima (Comissão Nacional de Mulheres da CUT), Eleonora Menicutti (Unicesp), Felícia Madeira (Fundação Seade), vereadora Ivete Garcia (Santo André-SP), Jovelita Maria de Almeida Stédile (Secretaria Nacional de Mulheres do PT), Maria Luíza Costa (Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo), Nalu Faria Silva (SOF e Conselho Curador da FPA), Suely de Oliveira (secretária de Desenvolvimento Social e Econômico da Prefeitura de Camaragibe-PE e Conselho Curador da FPA), Tatau Godinho (Coordenadoria Especial da Mulher de São Paulo), Vera Soares (Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais – CECAE-USP) e Louise Lullier (Instituto Ethos), aqui citadas segundo sua filiação institucional à época dos seminários.

Por sua contribuição no debate, sobretudo metodológico, a respeito do enfoque e da formulação das perguntas mais adequadas para a abordagem dos temas selecionados, agradecemos a Anilu Ferreira Souto, Raquel Moreno, Tarson Nunes, André Singer e Jorge Almeida, membros do Comitê de Opinião Pública, órgão consultivo do NOP-FPA. Pela parceria profissional na coordenação das equipes de coleta e checagem dos dados em seus estados ou regiões, agradecemos a Américo Canto (Instituto Acertar, PA/MA/TO), João Alves (AM), Marivaldo Nascimento de Souza (AC), Socorro Freitas (Referencial Pesquisa, MS/MT), Nilva (Vida Ser Consultoria e Projetos

Ltda., GO/DF), Carlos Roberto (Check Informações Mercadológicas, PE/MA/PB/PI/RN), Joana D’Arc L. Melo (CE), José Renato Melo (Opinião, AL/SE/BA), José de Matos (Cemop, MG), Duna (Enquête, RJ), Wagner Rebouças (WM Pesquisas, SP), Flávio Silveira (Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, RS), Antonio Toso (Instituto Ethos de Pesquisa Aplicada, PR) e Ana Kaiser (Prespem, SC/RS).

Ao “exército” de entrevistadoras, supervisoras de campo, codificadores das perguntas abertas e digitadores, somando mais de 300 pessoas, nosso agradecimento. Pelo trabalho dedicado e de qualidade, agradecemos ainda à equipe interna do NOP-FPA, em especial a Rita Dias pelo processamento criterioso dos dados; a Vilma Bokany pela análise posterior e por todas as tarefas executadas desde o planejamento da pesquisa até o preparo deste prefácio; a Alcilene Cavalcante pelo trabalho paciente de envio dos dados, contato com as autoras e resumo dos textos. E, por fim, um agradecimento especial às 2.502 mulheres que abriram suas casas e seus sentimentos às entrevistadoras, dedicando seu tempo e sua atenção a manifestar suas opiniões e a relatar aspectos reveladores de seu cotidiano.

Os organizadores

SUMÁRIO

- 11 Prefácio
- 15 Introdução: As mulheres brasileiras no início do século XXI
- 31 Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria
MARGARETH RAGO
- 43 Gênero e patriarcado: violência contra mulheres
HELEIETH SAFFIOTI
- 61 Uma reflexão sobre poder, mulher e saúde: dilemas para a saúde reprodutiva
ANA MARIA COSTA E ROSA MARIA SILVESTRE.
- 75 Corpo e sexualidade da mulher brasileira
ALESSANDRA SAMPAIO CHACHAM E MÔNICA BARA MAIA
- 87 Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras
MATILDE RIBEIRO
- 107 Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado
BILA SORJ
- 121 Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer
EMMA SILIPRANDI
- 137 Em busca de *Kairos*
MARTA PORTO
- 149 Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras
TATAU GODINHO

161	O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras VERA SOARES
183	Bastidores da pesquisa: revelações de identidades de gênero ALCILENE CAVALCANTE
191	Anexo: Síntese dos principais resultados da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”
193	Perfil da mulher brasileira
203	Percepção de ser mulher
209	Trabalho não-remunerado
212	Corpo e sexualidade
218	Saúde reprodutiva e aborto
227	Violência contra a mulher
238	Cultura política
245	Lazer e consumo cultural

PREFÁCIO

A pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado” surgiu de uma iniciativa da Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se de um estudo que seguiu dois preceitos que têm se tornado praxe nas investigações desenvolvidas pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (NOP-FPA): de um lado, teve como fim aprofundar o conhecimento do imaginário social brasileiro sobre um tema relevante – neste caso, de extrema importância, como é a questão das desigualdades de gênero, presente em inúmeras instituições e esferas da nossa sociabilidade –, com o propósito de contribuir para atualizar e ampliar o debate a seu respeito; de outro, adotou, para sua elaboração e seu planejamento, o método de consultar atores sociais mobilizados pelo problema em foco, tendo contado com ampla e fundamental colaboração de representantes de diversas organizações e militantes comprometidas com a causa da mulher.

A primeira divulgação pública desta pesquisa ocorreu em Porto Alegre em janeiro de 2002, na segunda edição do Fórum Social Mundial, em oficina concorrida, com a presença de cerca de 300 pessoas. Desde então, seus principais resultados têm estado à disposição na página da FPA (www.fpabramo.org.br), foram parcialmente publicados nos principais jornais do país, repercutidos em uma dúzia de entrevistas a emissoras de rádio e TV e apresentados dezenas de vezes em vários municípios de todas as regiões do Brasil – em eventos realizados com intensidade até 2003, mas ainda neste ano de 2004. Tanto interesse e tanta longevidade justificam-se pela combinação, ainda única, da amplitude temática com a abrangência do universo investigado: trata-se de um estudo re-

presentativo do conjunto das brasileiras acima dos 14 anos de idade, residentes nas áreas urbanas e rurais de todo o país, cujo foco não foi tanto mensurar suas condições objetivas de vida, ainda que também o tenha feito, mas conhecer suas percepções, seus anseios e suas expectativas, construindo um mosaico do que pensam as mulheres brasileiras, no início do século XXI, sobre os diversos aspectos de suas vidas.

Aos resultados desse trabalho soma-se agora esta publicação, que traz, sob o pretexto da análise dos dados obtidos, a rica reflexão de dez autoras, muitas das quais colaboradoras da pesquisa desde seu planejamento, selecionadas por seu reconhecido saber, teórico e prático, nas diferentes áreas temáticas em que a investigação foi recortada. Como não podia deixar de ser, longe de esgotar a discussão, a leitura do texto de cada autora antes instiga novas interpretações sobre os resultados que abordam, atendendo plenamente à intenção original do projeto de contribuir para elevar a qualidade e o volume social do debate sobre os temas em questão.

Margareth Rago apresenta a mudança social ocorrida na segunda metade do século XX no que se refere à ocupação do espaço público pelas mulheres, deslocando o eixo da concepção de ser mulher, antes atrelada à maternidade, à esfera privada e ao casamento, para o contexto da modernização socioeconômica que levou as mulheres ao mercado de trabalho – movimento reconhecido hoje como de fundamental importância, ainda que não sem tensões e conflitos, sobretudo impostos pela dupla jornada de trabalho. Em uma leitura otimista da tendência contemporânea, vislumbra uma sociedade que se feminiliza.

Tatau Godinho discute as percepções e tendências a partir dessa presença crescente das mulheres no mundo público, em contraponto com o mundo privado, analisando o âmbito específico da política e sua influência na vida das mulheres. Registra o interesse em temas recorrentes no debate nacional e a participação das mulheres em atividades e entidades organizadas, atuantes na sociedade brasileira, e a ampliação da presença das mulheres nos espaços parlamentares e do Executivo, ainda insatisfatória. Considera preocupante, no entanto, taxas altas obtidas de negação do debate, no que se refere a novas questões. Sustenta que a avaliação positiva das transformações na vida das mulheres aponta o que ainda pode ser mudado, porém o desafio da igualdade, proposto pelo feminismo, encontra um muro de resistência que só poderá ser derrubado com persistência e ampliação do debate.

Vera Soares discute as percepções do feminismo e do machismo na sociedade, analisando o quanto estes conceitos estão presentes e influem na percepção da condição de ser mulher na atualidade. Parte do conceito de feminismo como ação política das mulheres, que engloba teoria, prática e ética, tomando as

mulheres como sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social. Ressalta a relevância do movimento feminista no Brasil, em sua busca por promover mudanças nos comportamentos, nas mentalidades e na estrutura social do país, mantendo as mulheres organizadas, fortalecendo suas formas de articulação e organização e ampliando a agenda de reivindicações e espaços de intervenção com transformações políticas amplas e significativas.

Matilde Ribeiro enfatiza a necessidade de dar visibilidade às relações raciais dentro da perspectiva das relações de gênero, fazendo um breve retrospecto da ocupação de espaço pelas mulheres negras. Enfoca o preconceito e a discriminação presentes não apenas nos ambientes de trabalho e lazer, mas também nas relações interpessoais, reforçando a exclusão social, e critica a ausência do recorte racial na maioria dos estudos de gênero disponíveis.

Por meio de outro recorte bastante inédito, Emma Siliprandi discorre sobre semelhanças e diferenças entre as mulheres do campo e da cidade quanto ao universo do trabalho remunerado e doméstico, à cultura e ao lazer, demonstrando o quanto as condições de vida das mulheres rurais são, em geral, ainda piores do que as das mulheres urbanas.

Bila Sorj dialoga com os estudos de gênero e do feminismo para explicar como o trabalho doméstico passou a ser compreendido como dimensão do trabalho social. Aponta como tanto as obrigações domésticas quanto as (más) oportunidades de trabalho impõem limites às mulheres de modo a procurar mantê-las na esfera privada. Ressalta que, quanto menor seu preparo e sua qualificação, mais difícil é para elas negociarem as tarefas domésticas, levantando a questão de uma participação diferenciada de mulheres no mercado de trabalho.

Marta Porto trabalha o tema da cultura e do lazer, contrapondo as atividades de consumo de espetáculos àquelas que nascem do seio de manifestações espontâneas e criativas do uso do tempo livre das mulheres. Propõe que o não-acesso aos produtos da indústria cultural deve ser entendido como uma impossibilidade e não como uma não-opção, reiterando a urgência de se pensar políticas culturais no Brasil. Conclui seu texto evocando a busca de *kairos* – um tempo qualitativo –, não como imposição alienada, mas como opção consciente do espaço de lazer.

Heleieth Saffioti explora o conceito de patriarcado, baseado na dicotomia dominação-exploração. Demonstra por meio dos dados da pesquisa como, sob diferentes aspectos, esta discussão se apresenta ainda hoje, sobretudo expressa na forma da violência de gênero. Chama a atenção para o tripé “relações de gênero com primazia masculina, racismo contra o negro e exploração-dominação de uma classe sobre outra” para demonstrar como a sociedade brasileira se estabeleceu, detendo-se principalmente na análise da violência contra a mulher.

Alessandra Sampaio Chacham e Mônica Bara Maia discorrem sobre corpo e sexualidade, questionando a homogeneidade das respostas das mulheres no que concerne à satisfação quanto à vida sexual. Relacionam dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo com os do estudo do Ministério da Saúde sobre Comportamento Sexual e Percepções da População Brasileira sobre HIV/AIDS, discutem a fragilidade dos direitos individuais e problematizam a visão do corpo feminino como objeto de desejo e violência, expressão do sistema patriarcal da sociedade.

Ana Maria Costa e Rosa Silvestre discutem o conceito de integralidade na saúde, adotado por importantes expressões do feminismo. Convocam o(a) leitor(a) a realizar uma reflexão crítica sobre conceitos fundamentais da saúde reprodutiva, destacando a morte materna, os métodos contraceptivos e o aborto. Analisam como a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres se reflete na saúde feminina, ressaltando o quanto a integralidade deve ser perseguida na formulação das políticas na área da saúde.

Antecede os textos citados uma introdução à pesquisa de Gustavo Venturi e Marisol Recamán, coordenadores do Núcleo de Opinião Pública da FPA, ressaltando a transversalidade de uma identidade de gênero – sobreposta às diferenças de classe, raciais e regionais – caracterizada por três elementos: a participação e a discriminação das mulheres no mercado de trabalho, a dupla jornada do trabalho remunerado e doméstico e a exposição à violência conjugal.

Por fim, o Anexo com as tabelas e gráficos dos principais resultados da pesquisa é antecedido por um interessante texto de Alcilene Cavalcante, que traz os bastidores dos trabalhos de campo por meio de um relato qualitativo de ocorrências e da experiência das quase 200 pesquisadoras que aplicaram longos questionários, em entrevistas pessoais, nos domicílios das mulheres que participaram da investigação.

Os objetivos deste livro serão tanto mais alcançados quanto mais sua leitura provocar a continuidade do debate dos temas aqui tratados. Busca-se estimular a ampliação, a adoção e a criação de novas políticas públicas voltadas para as necessidades das mulheres, que contribuam para alterar positivamente suas condições de vida, para superar a desigualdade de gênero e das diferentes formas de discriminação das mulheres brasileiras, fortalecendo assim a cidadania de mais da metade da população.

Os organizadores

INTRODUÇÃO

AS MULHERES BRASILEIRAS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI¹

GUSTAVO VENTURI

Doutor em ciência política, diretor da Criterium Assessoria em Pesquisas e coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

MARISOL RECAMÁN

Socióloga, sócia-diretora da Criterium Assessoria em Pesquisas e coordenadora-assistente do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

Em outubro de 2001 o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo foi a campo investigar “A mulher brasileira nos espaços público e privado”. Quase 200 pesquisadoras entrevistaram 2.502 mulheres, com 15 anos de idade ou mais², sobre temas variados: de suas percepções sobre as mudanças na condição da mulher nas últimas décadas a expectativas pessoais e políticas; de sua relação com o trabalho remunerado e com o trabalho doméstico a hábitos de lazer; de contracepção e aborto à sexualidade e à violência contra a mulher. A íntegra dos dados obtidos – disponíveis no *site* da Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br) e resumidos no Anexo deste livro – forma um amplo retrato de como vivem e o que pensam 61,5 milhões de brasileiras. Esta introdução traz uma síntese dos principais resultados desse estudo.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS: O PERFIL DA DESIGUALDADE SOCIAL

Os traços que definem o perfil sociodemográfico da mulher brasileira logo desautorizam o uso do singular, uma vez que os indicadores médios, em si ruins, tornam-se dramáticos em alguns segmentos da população feminina. Se no mo-

1. Uma versão anterior e mais sintética deste texto foi publicada na revista *Teoria e Debate*, nº 50, fev-abr/2002, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, sob o título “Afinal, o que querem as mulheres?”.

2. Ver *Box metodológico*, p. 30.

mento da coleta dos dados³ três quartos das brasileiras (75%) viviam em domicílios com renda mensal até 5 salários mínimos (sendo 41% com até 2 S. M.) e somente 8% passavam dos 10 salários; entre as residentes no Nordeste 86% viviam em famílias com até 5 salários e em apenas 5% dos casos a renda mensal ultrapassava os 10 salários (ver tabela abaixo); entre as mulheres que cresceram e ainda viviam no campo, 93% tinham renda familiar até 5 S. M. e só 1% acima de 10 S. M. Se entre as brasileiras com ascendência racial branca dois terços tinham renda familiar até 5 salários (66%), entre a maioria com ascendência negra e branca ou só negra, respectivamente 82% e 87% viviam em domicílios com até 5 salários/mês. Se entre as mulheres brancas 10% tinham renda familiar acima de 10 salários, entre as brasileiras negras apenas 2% chegavam a essa faixa de renda por domicílio (ver Anexo, quadro 7).

**Renda familiar mensal, segundo macrorregião,
local de crescimento e moradia (em %)**

Renda familiar mensal	Total	N/CO	NE	S	SE	Mora na cidade			Mora no campo		
						TT	Cresceu na cidade	Cresceu no campo	TT	Cresceu no campo	Cresceu na cidade
Peso do segmento	(100%)	(13%)	(27%)	(15%)	(45%)	(84%)	(52%)	(32%)	(16%)	(13%)	(3%)
Até 2 S. M.	41	40	63	37	31	38	31	48	65	67	57
+ de 2 a 5 S. M.	34	36	23	36	38	35	35	35	27	26	30
+ de 5 a 10 S. M.	12	11	6	15	15	14	16	9	3	2	6
+ de 10 a 20 S. M.	6	5	4	6	7	7	9	3	1	1	3
+ de 20 S. M.	2	3	1	*	4	3	4	*	-	-	-
Não sabe/ não respondeu	5	5	2	6	5	5	6	5	4	3	4

Base: Total da amostra

* não atingiu 1%

Fonte: NOP-FPA

Nacionalmente, dois terços das mulheres não passaram do ensino fundamental (66%), mas entre as brancas essa taxa é de 62%, contra 82% entre as negras e 84% entre as mulheres que cresceram e vivem no campo; se apenas 7% das brasileiras chegaram ao ensino superior, entre as brancas 9% atingiram

3. Em que pese a distância de quase dois anos e meio entre a coleta dos dados e a redação desta introdução, os resultados aqui analisados mantêm essencialmente sua atualidade, posto que refletem traços estruturais da realidade da condição feminina no Brasil e as percepções das mulheres sobre essa realidade, pouco alterada nesse período. Optamos, assim, como regra geral, por manter as conjugações verbais do texto no tempo presente, excetuando-se a referência a dados sensíveis a mudanças conjunturais, a exemplo da precisão da distribuição da renda familiar medida em salários mínimos ou do acesso ao computador e à internet.

o 3º grau, contra 5% das que têm ascendência branca e negra, somente 2% das negras e 1% das que moram no campo (ver tabela abaixo). No Nordeste, 43% das mulheres não passaram da 4ª série fundamental e apenas 4% chegaram ao ensino superior, enquanto no Sudeste essas taxas são, respectivamente, de 37% e 7% (ver Anexo, quadro 2).

Grau de escolaridade, segundo ascendência racial
(em %)

Escolaridade	Total	Branca	Branca, indígena e negra/ Branca e indígena	Negra e branca	Negra
Peso do segmento	(100%)	(29%)	(21%)	(38%)	(6%)
FUNDAMENTAL OU MENOS	66	62	59	68	82
Nunca foi à escola	7	5	8	7	10
Até 3ª série	18	16	18	17	24
4ª série – primário completo	13	15	9	13	21
5ª a 7ª série	18	14	17	21	21
8ª série – fundamental completo	10	12	7	10	6
MÉDIO	27	28	31	26	15
1ª ou 2ª série	11	10	15	11	9
3ª série – médio completo	16	18	16	17	6
SUPERIOR	7	9	10	5	2
Superior incompleto	3	4	5	2	2
Superior completo	2	4	3	2	-
Pós-graduação	1	1	2	*	-

Base: Total da amostra

* não atingiu 1%

Fonte: NOP-FPA

Outra evidência da desigualdade que demarca fortes diferenças entre as brasileiras pode ser observada no acesso ao computador e à internet. Ao final de 2001, 28% das mulheres já tinham usado computador – 9% afirmaram usar sempre e 19% disseram ter usado algumas vezes –, contra 72% que nunca tinham usado, sendo que 10% não tinham sequer visto um computador de perto. Em relação à rede mundial, apenas 14% já tinham usado (9% algumas vezes, 5% usavam sempre), sendo que 30% afirmavam ainda não saber o que é a internet.

Trata-se, naturalmente, de fenômeno que apresenta claro contraste geracional: entre as adolescentes (15 a 17 anos), embora metade nunca tivesse usado um computador (48%) e três quartos nunca tivessem acessado a internet

(77%), apenas 5% nunca tinham visto um computador de perto (13% usavam sempre) e 21% não sabiam o que é a internet – taxas gradualmente piores a cada faixa etária seguinte. Mesmo no segmento entre 35 e 44 anos, que apresenta o maior índice de inserção de mulheres na População Economicamente Ativa (67% na PEA), 77% nunca tinham usado um computador (9% ainda não tinham visto um de perto, apenas 8% usavam sempre) e 29% não sabiam o que é a rede mundial. E, entre as brasileiras mais velhas (60 anos ou mais), 98% nunca tinham usado um computador, 23% nem sequer tinham visto um de perto e 57% não sabiam o que é a internet (ver Anexo, quadros 3 e 4).

Mas, gerações à parte, as desigualdades regionais, de raça/cor e de classe social outra vez se fazem presentes: o uso frequente do computador atinge 11% das mulheres no Sul do país e 15% das residentes nas capitais, contra 5% das mulheres no Nordeste e 2% das residentes no campo; chegava a 12% das mulheres com ascendência branca e a 39% das brasileiras com renda familiar mensal acima de 10 salários mínimos, contra 7% das mulheres com ascendência branca e negra e 5% só negra, e a apenas 1% das mulheres com renda familiar até 2 salários. Em outubro de 2001, já tinham navegado alguma vez pela internet 16% das mulheres do Sudeste, 24% das residentes nas capitais, 17% das brancas e 60% das brasileiras com renda familiar acima de 10 salários; contra 8% das mulheres do Nordeste, 3% das residentes no campo, 4% das negras e 2% das mulheres com renda familiar até 2 salários.

Em suma, mais que a mulher brasileira, os dados de perfil das entrevistadas logo evidenciaram que existem *mulheres* brasileiras, oriundas de – e vivendo em – realidades sociais bastante distintas. Herdeiras de quinhões muito desiguais de recursos materiais e simbólicos, era de esperar que tanto sua leitura do passado e do presente quanto suas opções de vida e expectativas em relação ao futuro estivessem influenciadas por visões de mundo muito diferentes. De fato estão, mas, como se verá, partilham também fortes traços de uma identidade comum de gênero.

TENSÃO ENTRE BALANÇO POSITIVO E REIVINDICAÇÕES

Vidas com intensidade e frequência diferentes, conforme os cortes de classe e de raça/cor, a denúncia da discriminação e da opressão de gênero aflorou logo no início das entrevistas, ainda que perpassada por um balanço e por expectativas positivos.

Duas em cada três brasileiras (65%) avaliam que a vida das mulheres melhorou “nos últimos 20 ou 30 anos”, percepção que cresce com o aumento da renda familiar (chega a 82% no segmento com renda acima de 10 salários) e da escolaridade (91% entre as que chegaram ao 3º grau). Para um quarto,

porém (24%), a vida piorou, avaliação que atinge 29% das que têm renda familiar até 2 salários, 40% entre as que não foram à escola e 35% das mulheres acima dos 60 anos – as quais tiveram menos oportunidades de desenvolvimento, mas falam por experiência própria. Não observam mudanças 10% delas (ver Anexo, quadro 18).

Solicitadas a definir “como é ser mulher hoje”, a maioria associa *espontaneamente* a condição feminina à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e à conquista da independência econômica (38% e 12%); à liberdade e à independência social de agir como quer, de tomar as próprias decisões (33%), ou ainda a direitos políticos conquistados e à igualdade de direitos em relação aos homens (3% e 8%) – taxas que atingem, respectivamente, 50%, 41% e 10% entre as que consideram que a vida das mulheres melhorou.

Os papéis tradicionais de mãe e de esposa também aparecem na definição de ser mulher, mas em grau menor, tanto como fatores positivos (16% e 15%) quanto como elementos negativos de sua condição – o primeiro pelo acúmulo de responsabilidades na criação dos filhos (4%), o segundo pela falta de autonomia decorrente do vínculo com o marido (3%).

Como componentes negativos que definem a situação atual da mulher, destacam-se dificuldades e excesso de responsabilidades, atribuídas principalmente à dupla jornada de trabalho, o doméstico e o remunerado, lembrados por 10% (16% entre as que dizem que a vida piorou); as discriminações no mercado de trabalho, tanto de funções como de salários (7% do total, 10% entre as que acham que a situação da mulher está pior), o preconceito social que reserva às mulheres discriminações e um lugar inferior em relação aos homens (5% e 7%, respectivamente) e maior exposição à violência (2% e 4%).

Perguntadas, logo em seguida, sobre o peso das coisas boas e ruins em ser mulher, três de cada cinco brasileiras (58%) disseram que há mais coisas boas na condição feminina. Uma em cada cinco (21%) avalia que há mais coisas ruins (entre as negras, 28%) e também para um quinto há coisas boas e ruins, na mesma proporção (ver Anexo, quadro 19). Embora predominante em todos os segmentos, a percepção positiva novamente cai com a diminuição da renda familiar e da escolaridade (chega a 44% entre as que não freqüentaram escola), ou com o aumento da idade (de 67% entre as adolescentes de 15 a 17 anos, cai para 50% entre as que chegaram à terceira idade).

Como exemplos das melhores coisas de ser mulher, temas relacionados ao mundo privado foram espontaneamente mencionados por duas de cada três entrevistadas (65%), puxados pela experiência ou expectativa da maternidade (55%) – ainda que mais por seu aspecto biológico, ligado à possibilidade de gestação, dando continuidade à vida (48%), que pelo papel social de cuidar e

educar os filhos (20%). Referências ao mundo público foram citadas por 31%, lideradas por menções à liberdade e à capacidade da mulher de tomar decisões, à possibilidade de estar no mercado de trabalho e à independência econômica conquistada pelas mulheres (13% e 9%). Características tidas como mais femininas, tais como ser mais sensível, carinhosa, solidária, forte, guerreira, foram apontadas por 23% como principais virtudes de ser mulher.

Mas o mundo privado é também o espaço onde as brasileiras identificam as piores coisas da condição feminina. Enquanto referências ao mundo público, como a discriminação social machista (18%), a discriminação no mercado de trabalho (14%) e outras, foram citadas por um terço das mulheres, 61% deram exemplos referidos às suas principais experiências privadas: o peso das tarefas domésticas (11%), o acúmulo de responsabilidades na criação dos filhos (9%), a violência conjugal (11%), a saúde (14%), o casamento e a relação com o marido (16%), enfim, o conjunto complexo de tarefas e obrigações que socialmente as mulheres têm em relação à instituição familiar ou inseparáveis da condição ou expectativa da maternidade (ver Anexo, quadro 20).

Essa percepção crítica, no entanto, não deve ser lida como uma desvalorização da família. Ao contrário, essa instituição é considerada satisfatória pela maioria (70%), constituindo-se em uma dimensão importante de suas vidas. A idéia de ter um núcleo familiar harmonioso é um desejo para a maioria – um objetivo a ser alcançado ou mantido se já conquistado. A ambigüidade da valorização/rejeição da família apenas denuncia a situação de exploração vivida pelas mulheres, refletindo a contradição de ter o olhar voltado para o mundo público e, ao mesmo tempo, ter de assumir as responsabilidades e cumprir os papéis marcados por uma divisão sexual do trabalho ainda acentuadamente desigual.

DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, DUPLA JORNADA E VIOLÊNCIA CONJUGAL: A IDENTIDADE DE GÊNERO

Transversais às diferenças resultantes das desigualdades regional, de classes e racial que estruturam as relações sociais no país, as experiências cotidianas de discriminação e opressão que as mulheres brasileiras compartilham conferem-lhes uma identidade de gênero comum a sua condição feminina – experiências presentes tanto nos espaços públicos do mercado de trabalho e da política quanto na vida privada, onde se desvendam as faces mais violentas do machismo enraizado na cultura nacional.

De fato, as conquistas inerentes à participação crescente das mulheres no mercado de trabalho remunerado – positiva ao refletir avanços em sua busca por autonomia – têm sido relativizadas por três fatores: a qualidade dessa inserção, a fraca contrapartida da participação masculina na divisão do trabalho do-

méstico e, muitas vezes, a reação masculina violenta à desestabilização – ou ameaça de – do modelo do pátrio poder nas relações conjugais.

No momento da coleta dos dados, pouco mais da metade das brasileiras (53%) pertencia à População Economicamente Ativa: 41% estavam fazendo algum trabalho remunerado e outras 12% estavam desempregadas. Das que estavam fora da PEA (59%), a maioria já tinha trabalhado remuneradamente (31%) e apenas 17% nunca tinham entrado no mercado (ver Anexo, quadro 8).

Indagadas se pudessem escolher livremente, se prefeririam “trabalhar fora e dedicar-se menos à casa e à família”, ou “dedicar-se mais à casa e à família, deixando o trabalho fora de casa em segundo lugar” (ver Anexo, quadro 28), a maioria optou pela autonomia (55%), em detrimento do papel de gênero tradicional (38%). Essa opção majoritária pelo trabalho remunerado ocorre tanto entre as que estão na PEA (59% a 34%, chegando a 65% a 30% entre as desempregadas), quanto entre as que estão fora da PEA (51% a 42%), inclusive entre as que nunca trabalharam remuneradamente (59% a 35%); é majoritária ainda não só entre as mulheres sem filhos (72% a 22%), solteiras (71% a 24%) ou descasadas (59% a 30%), mas também entre as que têm filhos (50% a 43%), ainda que morem com parceiro e filhos menores de 18 anos (51% a 43%). A opção pelo papel tradicional da mulher aumenta com a idade, como era de esperar, atingindo a maioria apenas entre as mulheres com 60 anos ou mais (37% a 52%), as aposentadas (37% a 53%) ou as que não freqüentaram escola (39% a 54%) – que são segmentos superpostos, em boa medida coincidentes.

Portanto, a experiência da maioria das brasileiras no mundo público do trabalho, por um lado, é a expressão da vontade dessa maioria. Mas a pesquisa também confirmou a predominância do caráter precário da inserção das brasileiras na PEA (ver Anexo, quadro 9). Das que estavam exercendo trabalho remunerado (41%), quase três quintos (57%) estavam no mercado informal, sobretudo como autônomas irregulares (35%) ou como assalariadas sem registro profissional (15%), enquanto menos da metade (42%) estava no mercado formal, principalmente como assalariadas registradas (22%) e funcionárias públicas (15%).

Com jornada média de 33 horas e 41 minutos na semana que antecedeu a pesquisa (38h55min no mercado formal, 29h49min no informal), cerca de dois terços declararam trabalhar com regularidade, enquanto um terço fazia bicos ou trabalhos temporários (ver Anexo, quadro 12). Somada a outras rendas eventuais, com seu trabalho remunerado dois terços tiveram renda individual até 2 salários mínimos no mês anterior à coleta de dados (65%), sendo 40% um salário ou menos (ver Anexo, quadro 13) – faixa em que estavam 59% das trabalhadoras no mercado informal, 62% das residentes no Nordeste, 75% das adolescen-

tes, 76% das que não freqüentaram escola, ou 60% entre as que não passaram da 4ª série fundamental; 47% das trabalhadoras negras e 45% das com ascendência negra e branca, contra 33% das brancas.

Além desse retrato ruim – pior que o dos homens, qualquer que seja o segmento focado, como demonstram dados do Censo 2000, do IBGE –, a segunda questão a relativizar a conquista obtida pelas brasileiras com sua participação crescente no mercado de trabalho é a debilidade da contrapartida masculina na divisão do trabalho doméstico.

Resultado de sua participação na PEA, cerca de um terço dos domicílios (32%) tem uma mulher como principal responsável pelo sustento da casa⁴, enquanto em dois terços o principal responsável é um homem (66%). No momento da coleta dos dados, 21% das entrevistadas eram as principais provedoras, em 7% dos domicílios suas mães e em 4% outras mulheres residentes (em 12% dos domicílios não havia nenhum homem, incluindo 3% que moravam sozinhas).

Entre as casadas ou amigadas (57% das brasileiras; ver Anexo, quadro 14), 87% residem em domicílios em que o principal provedor é um homem (em 83% são seus parceiros) e 12% em que a principal responsável pelo sustento é uma mulher (em 9% dos casos, a própria). Outras 36% são provedoras auxiliares, o que totaliza a participação na renda familiar de 45% das mulheres com parceiro. Uma vez que entre os parceiros outros 10% são provedores auxiliares, chega-se a 93% de participação masculina, contra 45% de participação feminina, como responsáveis pelo sustento nos domicílios brasileiros em que há casais coabitando (ver Anexo, quadro 31).

E como é a divisão no trabalho doméstico? Em 96% dos domicílios em que residem mulheres, uma mulher é a principal responsável pela execução ou orientação dos afazeres domésticos. Três em cada quatro entrevistadas (75%) informaram ser as principais responsáveis pelo trabalho não-remunerado (em 14% dos domicílios são suas mães) e 18% declararam-se auxiliares, atingindo 93% de participação nas tarefas domésticas (ver Anexo, quadro 30). Entre as 43% brasileiras sem cônjuge, 54% são responsáveis diretas pelos trabalhos domésticos (em 30% dos casos suas mães) e 35% são auxiliares, somando 89% de participação. Entre as que coabitam com marido ou parceiro, 91% são as principais responsáveis e 6% são auxiliares, subindo a participação para 97%.

Em contrapartida, em apenas 2% dos domicílios em que há mulheres o trabalho doméstico é chefiado por algum homem (1% o parceiro, 1% outro resi-

4. Não confundir com a totalidade dos domicílios brasileiros, uma vez que, sendo as mulheres o universo desta pesquisa, ficaram de fora os domicílios em que não há mulheres.

dente) e em apenas 19% os homens auxiliam nessas tarefas (sendo 10% os parceiros). Nas unidades familiares em que casais coabitam, 2% dos parceiros são os principais responsáveis pelo trabalho doméstico e 18% auxiliam. Temos então uma participação masculina em apenas 19% dos casos, contra a participação feminina quase absoluta (96%) na execução dos afazeres domésticos.

Em suma, entre os casais brasileiros, se quase a totalidade dos homens são provedores (93%) e praticamente a totalidade das mulheres executa ou chefia as tarefas domésticas (96%), quase a metade das mulheres também é provedora (45%), contra apenas um quinto dos homens que participam do trabalho doméstico (19%). Esse grau de desigualdade na divisão sexual do trabalho social torna evidente como o peso da dupla jornada, com o acúmulo dos trabalhos remunerado e não-remunerado, tem recaído sobre as mulheres que, por vontade ou necessidade, avançaram em direção a sua autodeterminação.

E qual seria o tamanho da dupla jornada? Indagadas sobre o tempo dedicado aos cuidados da casa e da família na semana que antecedeu a coleta dos dados, as entrevistadas informaram uma jornada semanal média de 39 horas e 45 minutos (23h52min nas tarefas de limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas; 13h57min no cuidado de filhos e 1h47min no cuidado de idosos e doentes). A média cai para 27h42min entre as mulheres não casadas e sobe para 48h19min entre as que moram com cônjuge – contra, segundo estas, apenas 5h32min de seus parceiros (ver Anexo, quadro 32). Para as que estavam fora da PEA, a média atinge 43h42min, caindo para 35h48min entre as da PEA – sendo 27 horas para as que estavam no mercado formal, 35h24min para as do mercado informal (51 horas entre as desempregadas). Somadas às horas de trabalho remunerado, a dupla jornada aferida foi de, respectivamente, 66 horas para as mulheres na PEA formal e 65 horas para as na PEA informal.

Como todo fenômeno de opressão, no entanto, sua reprodução social não ocorreria se não contasse com a internalização dos valores e práticas dominantes por parte dos(as) oprimidos(as). Assim, mesmo tendo como maior reclamação a exploração vivida no mundo doméstico, as mulheres não deixam de expressar opiniões hegemônicas da sociedade da qual fazem parte. Se por um lado a maioria das brasileiras (87%) concorda que “homens e mulheres deveriam dividir igualmente o trabalho doméstico” (71% de concordância total, 17% em parte), ao mesmo tempo esta maioria acha que a mulher deve ter a palavra final ao definir como ele deve ser feito (71% de concordância, 47% total e 24% em parte) e acredita que, “mesmo que queiram, os homens não sabem fazer o trabalho de casa” (55%, 35% e 20%, respectivamente). Essas atitudes podem revelar uma (auto)valorização de um conhecimento adquirido no mundo feminino, um elemento importante nesse momento de transição do

papel social da mulher – mas podem também contribuir para reproduzir a baixa participação dos homens nas tarefas domésticas (ver Anexo, quadro 29). Confirmando ainda a força da reprodução desigual dos papéis na sociedade, a pesquisa revela que, nos domicílios pesquisados com filhos menores de idade, filhas aparecem como 29% dos auxiliares, contra 9% de filhos; e mesmo entre as que não vivem com parceiro, filhas e irmãs auxiliam mais (11% e 15%, respectivamente) que filhos e irmãos (3% cada).

A TRANSVERSALIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A outra faceta do padrão machista que caracteriza as relações de gênero predominantes em todo o país se expressa nos dados, pela primeira vez aferidos nacionalmente, referentes à violência conjugal contra as mulheres – um fenômeno cuja existência é conhecida, mas sobre o qual se fala pouco, contribuindo para que se reproduza sob o sigilo e em nome de uma privacidade criminosa.

Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem: 16% relatam casos de violência física, 2% citam alguma violência psíquica e 1% lembra do assédio sexual. Porém, quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, alcançando alarmantes 43%. Um terço das mulheres admite já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% desde ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir; 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso); 27% sofreram violências psíquicas e 11% afirmam já ter sofrido assédio sexual, 10% dos quais envolvendo abuso de poder, recentemente tipificado em lei⁵ (ver Anexo, quadro 59).

Dentre as violências mais comuns destacam-se a agressão mais branda, sob a forma de tapas e empurrões (sofrida ao menos uma vez por 20%), e a ameaça mediante coisas quebradas, roupas rasgadas, objetos atirados etc. (15%); as violências psíquicas, como xingamentos e ofensas à conduta moral (18%), críticas sistemáticas à atuação como mãe (18% entre as que têm ou tiveram filhos) e a desqualificação constante do seu trabalho, dentro ou fora de casa (12%). Mas 12% também declaram ter sofrido ameaça de espancamento a si

5. Lei 10.224, de 15 de maio de 2001, que introduziu no Código Penal a seguinte redação: “Assédio sexual – art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”.

próprias e aos filhos e 11% chegaram a sofrer espancamento, com cortes, marcas ou fraturas. Há ainda 11% que viveram relações sexuais forçadas (em sua maioria, o estupro conjugal, ainda inexistente na legislação penal brasileira); 9% já ficaram alguma vez trancadas em casa, impedidas de passear ou trabalhar; 8% foram ameaçadas por armas de fogo e 6% sofreram abuso, forçadas a práticas sexuais que não lhes agradavam (ver Anexo, quadro 60).

A projeção da taxa de espancamento (11%) para o universo investigado (61,5 milhões) indica que pelo menos 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez na vida. Considerando-se que 31% declararam que a última ocorrência foi no período dos 12 meses anteriores à pesquisa (ver Anexo, quadro 71), chega-se ao escândalo de cerca de 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano no país, 175 mil/mês, 5.800/dia, 243/hora ou 4/minuto – uma a cada 15 segundos (ver Anexo, quadro 72).

Violências sofridas, segundo macrorregião,
local de crescimento e moradia
(em %)

MODALIDADES DE VIOLÊNCIA	Total	Macrorregião				Renda familiar mensal (em S. M.)				Ascendência racial			
		N/CO	NE	S	SE	Até 2	+ de 2 a 5	+ de 5 a 10	+ de 10	Branca	Branca, indígena e negra	Negra e branca	Negra
Peso do segmento	(100%)	(13%)	(27%)	(15%)	(45%)	(42%)	(34%)	(12%)	(8%)	(29%)	(21%)	(38%)	(6%)
SOFREU VIOLÊNCIA	43	57	42	33	43	49	41	37	42	33	50	45	54
FÍSICA	33	42	32	27	33	39	31	27	26	26	38	34	43
Ameaças/ cerceamento	24	28	23	21	25	29	22	20	16	19	28	24	31
Impedida de sair	9	10	8	9	9	10	8	7	6	7	9	9	11
Estupro/ Abuso Sexual	13	13	15	10	14	17	12	8	10	9	14	15	19
Relações sexuais forçadas	11	11	13	7	12	14	10	7	9	8	11	13	17
Agressão	22	28	19	19	23	27	19	17	14	17	23	23	31
Espancamento	11	12	10	12	12	14	11	9	4	8	13	12	17
PSÍQUICA	27	36	24	23	27	30	26	24	21	20	32	28	33
Insinuações e xingamentos, com ofensas à conduta sexual	18	23	15	16	18	20	16	18	15	14	20	18	21
ASSÉDIO SEXUAL	11	16	8	9	12	12	9	9	16	8	14	11	12

Base: Total da amostra

Fonte: NOP-FPA

Entre as mulheres que declaram já ter sofrido espancamento, 32% afirmam que isso só aconteceu uma vez, mas outras 20% dizem ter ocorrido duas ou três vezes, e 11% foram espancadas mais de dez ou “várias vezes”, além de 15% que não sabem dizer a quantidade, mas o tempo em que ficaram expostas a esse tipo de violência – dentre elas, 4% espancadas por “mais de dez anos”, ou “durante toda a vida” (outras 4%). Naturalmente, estamos falando das sobreviventes. E, se somamos a isso o fato de que, a despeito dos procedimentos metodológicos adotados para gerar um clima de confiança nas entrevistas, certamente uma parcela das entrevistadas não deve ter superado o medo ou o constrangimento da confissão, pode-se concluir que o índice de *uma mulher espancada a cada 15 segundos no Brasil* ainda oculta parte da real extensão do problema.

O mesmo pode-se dizer sobre as demais expressões da violência contra a mulher que foram investigadas, as quais apontaram índices igualmente obscenos: a cada 15 segundos uma brasileira é impedida de sair de casa, também a cada 15 segundos outra é forçada a ter relações sexuais contra sua vontade, a cada 9 segundos outra é ofendida em sua conduta sexual ou por seu desempenho no trabalho doméstico ou remunerado. Esses dados evidenciam que a violência contra a mulher no Brasil, longe de ser um problema que deva estar restrito ao âmbito privado dos casais, constitui um fenômeno social de grande alcance, a requerer políticas públicas de ampla difusão e acesso – uma demanda a que a criação da Secretaria Especial da Mulher, por parte do governo Lula, e o programa de combate à violência doméstica anunciado no início de 2004 vêm mais que oportunamente ao encontro.

A responsabilidade do marido ou parceiro como principal agressor varia entre 53% (ameaça à integridade física com armas) e 70% (quebradeira) das ocorrências de violência em qualquer das modalidades investigadas, excetuando-se o assédio. Outros agressores comumente citados são o ex-marido, o ex-companheiro e o ex-namorado, que somados ao marido ou parceiro constituem sólida maioria (ver Anexo, quadro 70). O ciúme (muitas vezes da mulher) desponta como a principal causa aparente detonadora da violência, assim como o fato de o homem estar alcoolizado no momento da agressão – ambos mencionados espontaneamente por 21% (ver Anexo, quadro 68).

Atestando a transversalidade do fenômeno, de modo geral as violências declinam com o aumento da renda familiar e da escolaridade, mas estão longe de desaparecer: sob a forma explícita de agressão, caem de 27% contra as mulheres com renda familiar até 2 salários para 14% contra as com renda superior a 10 salários; sob formas sexuais (estupro conjugal e abuso) variam de 17% a 10%, nesses mesmos segmentos, e sob a forma de ameaças e cer-

ceamento vão de 29% a 16%; e a violência psíquica pouco cai, indo de 30% para 21%, considerando-se os extremos da escala de renda familiar (ver Anexo, quadro 61).

Em quase todos os tipos de violência, mais da metade das mulheres não pede ajuda. Somente em casos considerados graves, como ameaças com armas de fogo e espancamento, pouco mais da metade das vítimas (48% e 46%, respectivamente) recorreu a alguém para ajudá-las – pedido dirigido, via de regra, a outra mulher da família, mãe ou irmã, ou a uma amiga próxima (ver Anexo, quadro 73). Os casos de denúncia pública são ainda menos frequentes, ocorrendo mais diante de ameaça à integridade física por armas de fogo (29%), espancamento (21%) e ameaças de espancamento (19%). O órgão público mais utilizado para denúncias é a delegacia de polícia comum. A Delegacia da Mulher recebe 5% das denúncias nos casos de espancamento (ver Anexo, quadro 74).

Dentre seis propostas para uma política pública de combate à violência contra a mulher sugeridas na pesquisa, a criação de abrigos para mulheres agredidas e seus filhos foi a que mereceu maior adesão (43% na primeira escolha, 74% na soma de três respostas). A criação de Delegacias Especializadas no atendimento às vítimas apareceu como segunda principal medida (21% e 60%, respectivamente), seguida por serviços de atendimento psicológico (12% e 51%), por um serviço telefônico gratuito, do tipo SOS Mulher (13% e 44%), e por serviços de orientação jurídica para as mulheres agredidas (5% e 40%). Em último lugar ficou a proposta de campanhas na TV e no rádio contra a violência sofrida pela mulher (5% e 26%), curiosamente a única de caráter preventivo, entre as medidas investigadas, uma vez que as demais só intervêm depois do fato ocorrido (ver Anexo, quadro 75).

É certo que outras propostas poderiam ter sido testadas, como a abordagem do problema nas escolas, desde o ensino fundamental, seja em disciplina específica sobre direitos humanos e cidadania, seja transversalmente em outras disciplinas. Mas o fato de campanhas educativas na mídia terem sido a última escolha das entrevistadas parece refletir não só a legítima dramaticidade que o fenômeno desperta (ao menos quando suscitado), favorecendo a opção da opinião pública por alternativas “curativas”, como também a pouca maturidade da discussão do problema em nossa sociedade. A dimensão do fenômeno captada na pesquisa indica que, por necessárias e importantes que sejam, as medidas de acolhimento das vítimas, mesmo se implementadas em larga escala, serão insuficientes se não for combatida a base moral que legitima e confere naturalidade à violência contra a mulher, o que demanda uma política educacional ativa de desconstrução/construção de valores.

UMA VOZ DIFERENTE⁶

Em suma, erra muito quem, ao pensar nas mulheres brasileiras hoje, visualiza a dona-de-casa, conformada e satisfeita com sua dependência e submissão ao marido, ou à espera de um. Não é assim que elas se vêem, não é assim que elas vivem. A inserção no mercado de trabalho, conquista ou meta da maioria das mulheres, é valorizada sobretudo por possibilitar a construção de sua autonomia, ou ao menos por trazer independência econômica em relação aos (seus) homens. Mas também erra quem pensa só na trabalhadora, ou seja, na condição da mulher apenas do ponto de vista das classes sociais. Como vimos, já no mercado ou buscando nele entrar, a maioria das brasileiras acumula o trabalho fora, remunerado, ao trabalho doméstico não pago, a contragosto suportando a experiência estafante da dupla jornada – um dos traços mais característicos de sua identidade de gênero.

Indagadas, ainda no início da entrevista, sobre a primeira coisa que fariam para que a vida de todas as mulheres melhorasse (ver Anexo, quadro 20), destacaram como principais respostas espontâneas o fim das discriminações no mercado de trabalho (47%), a igualdade de direitos (10%), o combate à violência contra as mulheres (9%), maior liberdade (6%), menos machismo e mais reconhecimento por parte dos homens (4%). Essas respostas constituem uma pauta específica de preocupações, trazendo uma combinação de demandas que a visão masculina hegemônica, vinda de outro lugar, tem dificuldade de enxergar – demandas que só a experiência concreta do universo feminino, em que cotidianamente se entrelaçam um mundo público restrito e um mundo privado opressor, poderia expressar.

O fato de que o movimento intenso das mulheres em direção ao mercado de trabalho, constituindo-se como (co)provedoras das famílias, não tem encontrado a contrapartida da equivalência masculina na divisão do trabalho doméstico, bem como a permanência de estigmas que reforçam a idéia de inferioridade/incapacidade da mulher em diferentes âmbitos do espaço público, sugerem que o conjunto da sociedade brasileira e suas instituições não têm caminhado com a mesma intensidade que (parcelas amplas da) sua metade feminina. Nesse sentido as mulheres têm sido o sujeito ativo da mudança nas relações de gênero, beneficiárias privilegiadas de suas conquistas, ao mesmo tempo que arcam com os principais custos que ela implica – a exemplo da violência conjugal sofrida, muitas vezes claramente uma reação masculina à perda de poder no âmbito da família.

6. Título de livro da psicóloga social norte-americana Carol Gilligan, *In a Different Voice* (Harvard Univ. Press, Londres, 1982), publicado no Brasil pela Editora Rosa dos Tempos.

Se a pesquisa mostra que as brasileiras estão decididas a não voltar atrás, recolhendo-se de novo em suas casas, também indica que o horizonte do mundo público das mulheres tem muito a ser ampliado. A inserção no mercado de trabalho ainda é o principal caminho que leva às experiências públicas, quando não o único, sendo caracterizado pela precariedade (vínculo informal e baixos salários). O mundo do poder político, mesmo o das artes e do conhecimento, são pouco citados como espaços concretos de ação feminina, ainda distantes da realidade da maioria das mulheres no Brasil, ainda que os dados indiquem disposição em conquistá-los. A concentração de obrigações e responsabilidades no mundo privado, repostas a cada dia, certamente dificulta a que se aventurem por outros caminhos públicos, que exigem dedicação e experiência. Para que as mulheres possam exercer sua cidadania com igualdade de condições, portanto, ainda há muito que percorrer e romper.

Ao perseguirem sua autonomia, o respeito a sua dignidade e a sua integridade física; ao tentarem rearticular os espaços privado e público em outros termos, transformando o primeiro e ampliando sua inserção no outro; em suma, ao reivindicarem o fim da opressão de gênero, sendo esta tão onipresente, certamente as mulheres apontam não só para uma sociedade em que *elas* possam viver melhor, mas para um Brasil potencialmente menos injusto *no conjunto* de suas relações sociais. Quanto aos homens, sobretudo como principais responsáveis pela maioria das instituições sociais, podem optar pelo *status quo* ou contribuir para acelerar essas mudanças. O que os dados sugerem é que não conseguirão resistir às transformações nas relações de gênero que as mulheres brasileiras têm conquistado e provavelmente consolidarão muito antes de acabar o século que se inicia.

BOX METODOLÓGICO

Universo: mulheres brasileiras, com 15 anos de idade ou mais (61,5 milhões, *Censo IBGE 2000*).

Abordagem: aplicação de questionário estruturado, por meio de entrevistas pessoais e domiciliares, realizadas por equipes compostas exclusivamente por pesquisadoras. Checagem posterior, com retorno aos domicílios, de 25% a 30% das entrevistas.

Amostra: 2.502 entrevistas estratificadas em cotas de idade e em áreas urbana e rural, distribuídas geograficamente em 187 municípios de 24 estados das cinco macrorregiões do país (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste). Capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes tiveram inclusão obrigatória, com peso auto-representativo, e os demais municípios foram selecionados para representar seus pares, segundo controle de porte e mesorregião, conforme sua distribuição em tercis macrorregionais (municípios grandes, médios e pequenos).

Fontes: *Contagem Populacional*, IBGE, 1996, para a distribuição das cotas de idade e agrupamento dos municípios em tercis, e *Censo IBGE 2000* para a ponderação urbano-rural (84% e 16%, respectivamente).

Margens de erro: \pm dois pontos percentuais para os resultados com o total da amostra; três pontos para os resultados das perguntas aplicadas apenas nas subamostras A ou B (1.254 e 1.248 entrevistas, respectivamente), com intervalo de confiança de 95%.

Data do campo: outubro de 2001.

Núcleo de Opinião Pública – FPA: sociólogos Gustavo Venturi (coordenador), Marisol Recamán (coordenadora-assistente) e Vilma Bokany (analista). Rita Dias: processamento de dados.

NOTAS: (1) em razão do arredondamento dos percentuais, suprimindo a casa decimal, as somas podem não totalizar exatamente 100%, sem que isto constitua erro de cálculo; (2) para consultar a íntegra dos resultados, acessar www.fpabramo.org.br.